**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A
CEASAMINAS E A RODRIGUES
PROJETOS E ENGENHARIA LTDA.-
ME.**

Por este instrumento, em decorrência do **Processo Interno n.º PI/47/2017, CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – CEASAMINAS**, sob controle acionário da União, sediada às margens da BR 040, km 688, s/nº, em Contagem/MG, CEP: 32145-900, CNPJ - 17.504.325/0001-04, representada pelos Diretores, infra-assinados, ora denominada CEASAMINAS, e a empresa **RODRIGUES PROJETOS E ENGENHARIA LTDA.-ME**, com endereço na Rua Joaquim Luiz de Carvalho, nº 375, sala A, Bairro Santa Lúcia, Betim/MG, CEP 32.604-022, CNPJ 20.763.815/0001-30, representada pelo Sr(a). Diego Lessa Rodrigues ou Thiago Pereira Rodrigues, ambos sócios administradores nos termos do Contrato Social, na sequência denominada CONTRATADA, representada na sua forma contratual, resolvem, para aquisição dos serviços constantes neste Contrato e no Termo de Referência do Convite (Anexo I), com base na Lei n.º 8.666/93, na legislação pertinente, e nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Elaboração, especificação e atualização do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio de acordo com as especificações, para atender às necessidades da CEASAMINAS, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência constante do PI/47/2017 e nas cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA SEGUNDA - LOCAL DOS SERVIÇOS

2.1 - CEASAMINAS – Entrepasto de Contagem/MG, com endereço no preâmbulo.

2.2 - Informações Complementares: Centro Comercial com área construída aproximada de 250.000,00 m² e cerca de 650 lojas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- Os desenhos serão elaborados obedecendo as normas técnicas vigentes de acordo com as Portarias do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.
- Serão entregues 2 jogos de cópias de todos os trabalhos desenvolvidos em papel sulfite e um CD ROM com os arquivos dos desenhos em extensão PDF e DWG e arquivos de Excel em Xls e descritivos em extensão DOC.
- Os projetos seguirão a diretriz de risco isolado para cada pavilhão ou conjunto de pavilhões.
- Planilha orçamentária com custo sintético e analítico, curva ABC, cronograma, memorial descritivo por unidade de risco isolado.
- Fornecimento da Anotação de responsabilidade Técnica quitada, por unidade de risco isolado.
- Levantamento em campo de dados Técnicos e especificações dos equipamentos e materiais.
- Levantamento arquitetônico das construções existentes visitando a execução do Projeto Incêndio.
- Aprovação dos projetos, por unidades de risco isolado, junto ao CBMMG.

- Os projetos devem ser entregues no Departamento de Engenharia, para vistas e comentários, antes da entrega no CBMMG para aprovação.
- Os orçamentos de referência, por risco isolado, devem respeitar o decreto n.º 7.983, de 08 de abril de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

4.1 - Medições mensais, por metro quadrado de edificação com projeto aprovado no CBMMG.

CLÁUSULA QUINTA – PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALORES (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
01	Elaboração, especificação e atualização do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio de acordo com as especificações, para atender às necessidades da CEASAMINAS, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.	un	01	94.000,00	94.000,00
VALOR GLOBAL					94.000,00

Obs 01: Valores monetários expressos na moeda Real.

Obs 02: Nos valores apresentados na proposta deverão estar incluídos todos os custos relativos à engenharia, desmontagem dos componentes não aproveitáveis, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, todos os impostos, maquinário e matéria prima necessários ao projeto, fabricação, embalagem, transporte e montagem na obra de todos os equipamentos expressos neste edital. Os equipamentos deverão ser fornecidos e instalados de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL DO SERVIÇO PELA CONTRATADA

6.1 - A Contratada deverá indicar um profissional alocado ao contrato que deverá ser responsável pela coordenação dos serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 – Departamento de Engenharia e Infraestrutura da CEASAMINAS, através de seu Engenheiro Eduardo de Souza Rodrigues, é o responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços (**Fiscal do Contrato**), podendo exigir que seja refeito o que estiver em desacordo com este Edital, sob total responsabilidade da Licitante Vencedora.

7.2 - O Fiscal do Contrato, dada a complexidade dos elementos objeto da presente licitação poderá, durante a fiscalização, utilizar assessoramento técnico e específico na área de competência dos serviços, que se efetivará através de parecer que integrará o processo de fiscalização e recebimento.

7.3 - Concluídos os serviços, o Fiscal do Contrato procederá ao recebimento provisório e/ou definitivo, nos termos do inciso I, alíneas “a” e “b”, do art. 73 da Lei n.º 8.666/93, lavrando-se o respectivo Termo Circunstanciado

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 - Se ocorrerem acréscimos referentes a serviços não constantes das Especificações Técnicas, para os quais não foram estabelecidos preços unitários, serão ajustados novos preços mediante composição de preços, elaborados pela Contratada e aprovados pela CEASAMINAS, obedecendo às condições previamente contratadas. No caso referido e nas alterações unilaterais do valor contratual por acréscimos ou supressões de serviços, fica a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

8.3 – Os custos relacionados a deslocamentos, estadias e diligências, bem como quaisquer outros diretamente relacionados à prestação dos serviços objeto do contrato serão suportados pela proponente Contratada.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Sem prejuízo das disposições previstas em lei, constituem-se obrigações da Contratada:

9.1.1 - DA CONTRATADA:

9.1.1.1 - Substituir qualquer empregado por recomendação da Contratante que, comprovadamente causar embaraço à boa execução dos serviços contratados;

9.1.1.2 - Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

9.1.1.3 - Executar eventuais serviços não constantes do objeto, mas inerentes à natureza dos serviços contratados, quando previamente aprovados pelo Contratante;

9.1.1.4 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos;

9.1.1.5 - Cumprir obrigatoriamente a legislação e as normas relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho;

9.1.1.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.1.7 - O início do serviço se dará após a expedição da Ordem de Serviço pelo Fiscal do Contrato, a qual deverá ser por escrito, não podendo ser verbal;

9.1.1.8 - Cumprir rigorosamente os prazos;

9.1.1.9 - Indicar o nome e a qualificação do preposto para representá-las na execução do contrato;

9.1.1.10 - É vedado à Contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para qualquer operação financeira;

9.1.1.11 - Cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e sociais de seus funcionários na vigência do contrato;

9.1.1.12 - Recolhimento das parcelas legais devidas aos órgãos públicos;

9.1.1.13 - Na execução dos serviços o licitante deverá seguir obrigatoriamente as normas e especificações constantes no Convite n.º 03/2017 e seus anexos, bem como respeitar rigorosamente as recomendações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato através do Departamento de engenharia da CEASAMINAS;

10.2 - Pagar à Contratada, nos precisos termos dispostos neste instrumento;

10.3 - Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitado pela Contratada, pertinentes ao objeto do presente pacto;

10.4 - Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.5 - Aplicar as penalidades cabíveis e legais quando necessário.

10.6 – Pagar todas as despesas referente às taxas para aprovação do projeto em órgãos públicos.

10.7 - Fornecer projeto desatualizado, em PDF, aprovado pelo CBMMG em 12/06/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1 – O presente contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.

11.2 – O prazo de execução é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a iniciar-se da emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 – O pagamento será realizado através de medições mensais, após a entrega e aceite dos serviços, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura, depois de conferida e atestada pela Seção competente.

12.2 - A Nota Fiscal tem que ser entregue até o dia 25 do mês corrente a entrega dos trabalhos.

12.3 – Para o recebimento dos serviços a Contratada deverá apresentar:

12.3.1 – Carta de encaminhamento solicitando o pagamento;

12.3.2 - Nota fiscal contendo especificações devidamente correta e em ordem;

12.4 – Cumprimento das cláusulas e condições definidas no Convite n.º 03/2017 e neste Contrato.

12.5 – A CEASAMINAS pagará à CONTRATADA, pelo serviço ajustado, a importância total de **R\$94.000,00** (noventa e quatro mil reais).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 - Os recursos orçamentários para atender ao objeto deste contrato estão disponíveis e autorizados, conforme dotação orçamentária n.º **243.190**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 – Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) Ensejar retardamento da execução do objeto do certame;
- b) Cometer fraude fiscal;
- c) Apresentar documento ou declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato.

14.2 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Convite e no Contrato e das demais cominações legais.

14.3 – Além do acima exposto, a Contratada sujeita-se às penalidades abaixo descritas:

14.3.1 – Aplicação, pela Contratante, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, da lei n.º 8.666/93, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, a saber:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses, conforme disposto no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93;
- c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na entrega, sobre o valor correspondente ao item ou parte do item a ser fornecido, com limite do percentual de 20% (vinte por cento);

d) Multa de 20% (vinte por cento) do valor total da obrigação, pela não entrega dos serviços ou pela não assinatura do Contrato;

e) Multa de 10% (dez por cento) a ser aplicada sobre o valor correspondente ao item entregue fora das especificações ou com defeitos, a qual será descontada do valor relativo à próxima parcela a ser paga. Quando aplicada no último mês do fornecimento, será descontada da garantia, se for o caso, se prestada mediante caução em dinheiro; se efetivada em outras modalidades, poderá ser retida do último pagamento devido; não havendo garantia e se o pagamento tiver sido realizado, a multa deverá ser depositada na conta da contratante pela contratada, mediante guia de recolhimento a ser fornecida pela autoridade aplicadora da multa.

14.3.2 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.4 – Será assegurado ao prestador do serviço, previamente à aplicação das penalidades mencionadas neste item, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.5 – A aplicação de uma das penalidades previstas neste item não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

14.6 – As multas não eximem a Contratada da plena execução do Contrato.

14.7 – O desempenho insatisfatório da Contratada será anotado em sua ficha cadastral junto a CEASAMINAS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, cujas hipóteses estão previstas no art. 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser:

15.2 - Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do mesmo art. 78, da Lei n.º 8.666/93;

15.3 - O contrato avençado poderá ser rescindido imotivadamente mediante pré-aviso de 15 (quinze) dias por qualquer uma das partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Será considerada falta grave e motivo suficiente para rescisão unilateral do contrato, sem qualquer ônus para a Contratante e sem prejuízo de outras sanções que sejam impostas à Contratada, o não cumprimento pela Contratada de suas obrigações sociais instituídas por lei, particularmente ao que concerne à pontualidade no pagamento do pessoal em serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 - A publicação do contrato, sob a forma de extrato, será promovida pela CEASAMINAS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Contagem/MG como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Contagem/MG, 06 de novembro de 2017.

[REDACTED]
Gustavo Alberto França Fonseca
Diretor Presidente
CEASAMINAS

[REDACTED]
Juliano Maquiaveli Cardoso
Diretor de Administração
CEASAMINAS

[REDACTED]
RODRIGUES PROJETOS E ENGENHARIA LTDA.-ME
Lessa Rodrigues ou Thiago Pereira Rodrigues
Sócio Administrador
(carimbo)

TESTEMUNHAS:

[REDACTED]
Valter Vagner da Fonseca/CPF xxx.163.826.xx

[REDACTED]
Mara Virgínia Ferreira/CPF xxx.441.826-xx

[REDACTED]
Fiscal do Contrato/CeasaMinas